

Conteúdos Programáticos

Conforme o **Edital 01/2017** – Item V - DAS PROVAS e subitem 3. A descrição do Conteúdo Programático da prova será publicado no site da EPTS www.epts.com.br no dia 19 de dezembro de 2017.

Língua Portuguesa (somente para os cargos de Ensino Superior: Advogado, Contador e Controlador Interno)

1. Leitura e entendimento de textos (publicados recentemente nos principais meios de comunicação do País)
2. Ortografia e acentuação.
3. Classificação e flexão das palavras
4. Processos de formação de palavras
5. Concordância Verbal
6. Concordância Nominal
7. Regência Verbal
8. Regência Nominal
9. Crase
10. Emprego dos sinais de pontuação
11. Colocação dos pronomes oblíquos átonos
12. Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos
13. Vícios de linguagem
14. Uso de Porque, Por que, Porquê e Por quê

Língua Portuguesa (somente para os cargos de Ensino Médio: Diretor e Recepcionista)

1. Leitura e entendimento de textos (publicados recentemente nos principais meios de comunicação do País)
2. Ortografia e acentuação.
3. Classificação e flexão das palavras
4. Crase
5. Concordância Verbal
6. Concordância Nominal
7. Regência Verbal
8. Regência Nominal
9. Crase
10. Emprego dos sinais de pontuação
11. Colocação dos pronomes oblíquos átonos
12. Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos

Língua Portuguesa (somente para o cargo de Ensino Fundamental: Auxiliar de Serviços Gerais)

1. Leitura e entendimento de textos (publicados recentemente nos principais meios de comunicação do País)
2. Ortografia e acentuação
3. Separação de sílabas
4. Encontros consonantais, encontros vocálicos e dígrafos consonantais.
5. Classes de palavras: (substantivo, adjetivo, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, numeral)
6. Conjugação verbal
7. Crase.
8. Sinônimos e antônimos
9. Empregos dos sinais de pontuação.
10. Concordância Nominal e Verbal

Matemática (somente para o cargo de Ensino Fundamental: Auxiliar de Serviços Gerais)

1. Conjunto dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais – operações, problemas;
2. Porcentagem; Juros simples; Descontos; Sistema Monetário Brasileiro;
3. Regras de três simples e composta;
4. Sistema de medidas – comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo, volume;
5. Equações de 1º e 2º grau – Resolução, sistemas e problemas;
6. Médias – Simples e Ponderada;
7. Geometria Plana – Formas, perímetros e áreas.

Informática (somente para os cargos de Controlador Interno, Diretor e Recepcionista)

Aplicativos de produção (Pacote Microsoft Office 2013: Planilha Eletrônica, Editor de Textos, PowerPoint e Outlook)

1. Word

1. Abrir, modificar e salvar documentos
2. Formatar textos (palavras, parágrafos e imagens)
3. Correção gramatical e ortográfica
4. Criar, modificar e formatar tabelas
5. Funções do menu principal
6. Opções de Compartilhamento
7. Exportação de documento
8. Utilizando Guias de Contexto
9. Design e layout de Tabela
10. Formatação de Imagem e gráficos
11. Referências e Correspondências
12. Sumário
13. Notas de Rodapé
14. Mala Direta
15. Revisão
16. Macros

2. Excel

1. Abrir, modificar e salvar documentos
2. Formatar células e planilhas
3. Filtrar e Validar dados
4. Operadores
5. Referência Circular
6. Auditoria de fórmulas
7. Revisão de texto, comentários e protegendo pastas
8. Definindo nomes a células e protegendo fórmulas
9. Trabalhando com ilustrações e textos
10. Inserindo gráficos e minigráficos na planilha
11. Configurar e Imprimir páginas
12. Utilizando Fórmulas
13. Biblioteca de funções – utilização das funções do excel
14. Utilizando o Assistente de Função
15. Matemática Financeira
16. Tabela Dinâmica

3. Power Point

1. Localizar, Substituir e Selecionar Conteúdo
2. Guias de Contexto
3. Formatação de Imagem
4. Design e Layout de Ilustrações
5. Formatação de Gráficos
6. Automatização da Apresentação
7. Hiperlinks
8. Macros
9. Compartilhando a Apresentação
10. Exportando a Apresentação

3. Serviços de Correio Eletrônico (webmail (geral) e Ferramenta Outlook 2013)

1. Conceitos gerais sobre serviços de e-mails em ambiente web
2. Conceitos da lógica de funcionamento e aspectos de segurança em encaminhamento e recebimento de mensagens
3. Edição, Envio e recepção de mensagens
4. Interfaces (webmail software Outlook 2013)
5. Anexar arquivos em mensagens
6. Gerenciamento de contatos

Conhecimentos Específicos

01. Advogado

Direito Constitucional:

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
2. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Direitos da Nacionalidade. Dos direitos políticos. Dos partidos políticos. Inelegibilidades. Ficha Limpa. Partidos Políticos. Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa brasileira.
3. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO. Federação. Conceito. Características. Federação Brasileira. União. Competência da União. Regiões Administrativas e de Desenvolvimento. Estados-membros. Formação dos Estados-membros. Competência dos Estados-membros. Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Municípios. Formação dos Municípios. Competência dos Municípios. Distrito Federal. Competência do Distrito Federal. Territórios Federais. Natureza Jurídica dos Territórios. Repartição das Competências. Intervenção. Intervenção Federal. Intervenção Estadual.
4. PODER LEGISLATIVO. Estrutura do Poder Legislativo. Estrutura do Poder Legislativo Federal, Estadual, Municipal, Distrital e dos Territórios. Atribuições do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Competência privativa da Câmara dos Deputados. Senado Federal. Competência privativa do Senado Federal. Das reuniões das Casas Legislativas. Sessão Legislativa. Das comissões. Dos Parlamentares. Federal, estadual e municipal e distrital. Remuneração dos Parlamentares. Imunidades Parlamentares. Imunidade Material e Formal. Incompatibilidades e Impedimentos dos Parlamentares. Perda do Mandato do Deputado ou Senador. Cassação e Extinção do Mandato. Fidelidade e Infidelidade Partidária. Perda do Mandato por ato de infidelidade partidária.
5. PROCESSO LEGISLATIVO. Tipos e Espécies. Procedimento. Fases. Iniciativa. Discussão e Aprovação. Execução. Espécies Normativas. Emenda Constitucional. Leis Complementares, Ordinárias e Delegadas, Medida Provisória, Decreto Legislativo e Resoluções. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas. Poderes dos Tribunais de Contas.
6. DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. Do Estado de Defesa. Do Estado de Sítio.
7. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. Supremacia Constitucional. Nulidade. Conceito de Constitucionalidade. Controle de Constitucionalidade. Conceito, Requisitos e Espécies de Controle de Constitucionalidade. Controle Difuso. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Súmula Vinculante. Repercussão Geral. Controle Concentrado. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de Constitucionalidade no âmbito estadual. Ações Constitucionais.
8. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. Princípios da Ordem Econômica. Sistema Financeiro Nacional. Intervenção do Estado. Da política urbana. Da política agrícola.
9. DA ORDEM SOCIAL. Da seguridade social. Da saúde. Da previdência social. Da assistência social. Da educação, da cultura e do desporto. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso.
10. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Princípios constitucionais. Servidor Público. Licitação. Improbidade Administrativa. Servidor público e mandato eletivo. Sistema Remuneratório. Previdência e estabilidade do servidor público.
11. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Administrativo:

1. Regime jurídico administrativo. Função pública. Função administrativa. Função política ou de governo. Conceito de interesse público. Interesse primário e secundário. Regime jurídico-administrativo. Princípios constitucionais do direito administrativo expressos e implícitos.
2. Organização administrativa. Órgãos públicos. Competências administrativas. Competências discricionárias e vinculadas: Conceito, fundamentos e limites da discricionariedade, mérito do ato administrativo, discricionariedade técnica, controle da discricionariedade. Centralização e descentralização administrativa. Desconcentração. Hierarquia administrativa. Delegação e avocação de competência.
3. Administração indireta. Conceito. Controle da Administração indireta. Autarquias. Autarquias especiais. Agências executivas. Agências reguladoras. Fundações públicas. Fundações municipais. Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista. Consórcios públicos. Contrato de rateio e de programa. Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/07. Convênios entre entidades federativas. Acordos de cooperação.
4. Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais.

5. Servidores públicos: Deveres e proibições dos servidores públicos. Regime disciplinar dos servidores públicos. Sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório. Responsabilidade civil dos servidores públicos.
6. Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios.
7. Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa. Lei Federal nº 9.784/99.
8. Licitações públicas. Lei Federal nº 8.666/93. Dever de licitar, inexigibilidade e dispensa de licitação. Princípios da licitação. Lei Federal nº 12.232/2010. Modalidades licitatórias. Pregão, Lei Federal 10.520/02. Processo licitatório. Registros cadastrais. Registro de preços.
9. Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos e regime diferenciado de contratações (RDC). Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Convênios administrativos.
10. Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Serviços de interesse local. Serviço público de educação. Lei federal 9.394/96. Serviço de saúde e direito sanitário. Sistema único de saúde. Lei Federal nº 8.080/90.
11. Infrações e sanções administrativas. Providências acatelasórias. Multas administrativas. Poder de polícia. Ordenação administrativa. Relação geral e especial de sujeição. Responsabilidade das pessoas jurídicas. Lei Federal nº 12.846/13.
12. Restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade. Função social da posse e da propriedade. Desapropriação. Declaração de utilidade pública. Processo de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Retrocessão. Desapropriação de bens públicos. Perdimento de bens. Requisição. Servidão administrativa. Tombamento.
13. Bens públicos. Conceito, classificação, afetação e desafetação, regime jurídico. Gestão de bens públicos. Utilização pelos administrados: autorização, permissão e concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfiteuse. Abandono. Coisas perdidas. Bens de pessoas ausentes. Herança jacente e vacante. Alienação de bens públicos.
14. Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle do Tribunal de Contas. Sustação de atos e contratos administrativos. Controle jurisdicional. Controle pelo cidadão e pelo Ministério Público
15. Improbidade Administrativa - Lei Federal n.º 8.429/92.
16. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n.º 101/00.
17. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal n.º 12.527/11.
18. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).
- 19: Legislação Municipal de Redenção da Serra: Lei Orgânica / Regimento Interno da Câmara / Lei Complementar nº 1, de 2017 – e suas eventuais alterações

Direito Civil:

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Lei Complementar nº 95/98.
2. Das Pessoas. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. Das Pessoas Jurídicas. Domicílio.
3. Bens.
4. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico. Da invalidade do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência.
5. Direito das Obrigações. Modalidades das Obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.
6. Contratos: disposições gerais do Código Civil de 2002, extinção do contrato. Classificação dos contratos. Contratos preliminares e definitivos. Interpretação dos contratos. Contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002: compra e venda, troca, contrato estimatório, doação, locação, comodato, prestação de serviços, empreitada, mandato, transporte, seguro, fiança, transação e compromisso.
7. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa.
8. Direitos reais de superfície, servidões, usufruto, uso, penhor, hipoteca, concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso. Direito de laje.
9. Propriedade. Função social da propriedade. Posse.
10. Parcelamento do solo urbano. Loteamento.
11. Direitos de vizinhança.
12. Condomínios - Lei nº 4.591/64.
13. Registros públicos e registros de imóveis.

14. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Processual Civil:

1. Das Normas Processuais Cíveis. Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais. Das Normas Fundamentais do Processo Civil. Da Aplicação das Normas Processuais. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação.
2. Da Função Jurisdicional. Da Jurisdição e da Ação. Da competência. Dos sujeitos do processo. Das partes e dos procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Da advocacia pública.
3. Dos atos processuais. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Nulidades.
4. Da tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela da evidência.
5. Da formação, suspensão e extinção do processo.
6. Procedimento Comum. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Conversão da ação individual em ação coletiva. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação. Reconvenção. Impulso processual. Prazos e preclusão. Prescrição. Inércia processual: contumácia e revelia.
7. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Documentos eletrônicos. Audiência de instrução e julgamento.
8. Sentença e Coisa julgada. Liquidação da sentença.
9. Remessa Oficial. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo interno. Embargos de Declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.
10. Ação Popular. Ação Civil Pública. Aspectos processuais.
11. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data.
12. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Medida Cautelar. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Ações Cíveis Constitucionais. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
13. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direitos Difusos e Coletivos:

1. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Conceito e formas de tutela.
2. Instrumentos de resolução extrajudicial de conflitos de natureza coletiva. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta (TAC). Fundos.
3. Tutela de outros direitos metaindividuais. Saúde (Lei nº 8.080/90). Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Necessidades Especiais (Lei nº 7.853/89, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 10.216/2001). Educação (Lei nº 9.394/96). Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007, Decreto nº 7.217/2010). Idoso (Lei nº 10.741/2003). Ação Popular/Patrimônio Público (Lei nº 4.717/65). Mulher (Lei nº 11.340/2006). Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85). Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009). Meio Ambiente (Lei nº 9.795/99, 9.605/98, 12.651/2012). Urbanismo (Lei nº 6.766/79, Lei nº 10.257/01). Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)
4. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).
5. Legislação Municipal de Redenção da Serra: Lei Orgânica / Regimento Interno da Câmara / Lei Complementar nº 1, de 2017 – e suas eventuais alterações

Direito Tributário:

1. Sistema Tributário Nacional: Titulares do Poder de Tributar. Princípios Gerais. Lei complementar em matéria tributária. Limitações ao Poder de Tributar (Princípios Jurídicos da Tributação). Imunidades Genéricas e Específicas. Competência Tributária: Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Empréstimos Compulsórios. Contribuições sociais e outras contribuições. Repartição das Receitas Tributárias.
2. Código Tributário Nacional: conceito e natureza jurídica do tributo. Impostos, taxas, contribuições de melhoria. Normas Gerais de Direito Tributário: legislação tributária, fontes principais e secundárias do Direito Tributário, vigência da legislação tributária, aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação Tributária: tipos e objetos, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário; Responsabilidade Tributária, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. Crédito Tributário: lançamento tributário, modalidades de lançamentos; suspensão da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; extinção da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; exclusão do crédito tributário – modalidades. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, preferências. Administração Tributária: Fiscalização; Dívida Ativa; Certidões negativas e positivas.
3. Execução Fiscal. Medida Cautelar Fiscal. Ação Anulatória de Lançamento Tributário. Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-tributária. Ação de Repetição de Indébito. Ação Consignatória em matéria tributária. Mandado de Segurança.

4. Crimes contra a ordem tributária.
5. Tributos municipais em espécie.
6. Súmulas e Jurisprudências em matéria tributária.

Direito Financeiro:

1. Direito financeiro: conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito financeiro. Receita Pública – conceito e classificação. A Despesa Pública – conceito e classificação, proposta orçamentária, elaboração da Lei do Orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários, execução do orçamento. Fundos Especiais, controle da execução orçamentária, contabilidade, autarquias e outras entidades. Lei Complementar nº 101/00.
2. Orçamento público. Conceito. Tipos. Orçamento-programa. Princípios orçamentários.
3. Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária anual. Ciclo orçamentário. Processo legislativo.
4. Vedações constitucionais.
5. Estágios da Despesa Pública. Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social.
6. Receita Pública: Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa.
7. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional.
8. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/00. Operações de crédito. Antecipação de receita.
9. Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível.
10. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

03. Contador

Contabilidade Geral: Patrimônio: Componentes Patrimoniais: Ativo, Passivo e Situação Líquida (ou Patrimônio Líquido); Equação Fundamental do Patrimônio; Representação Gráfica dos Estados Patrimoniais.

Escrituração: Conceito e Métodos. Lançamento Contábil: Rotina e Fórmulas. Processo de Escrituração. Escrituração de Operações Financeiras. Escrituração de operações típicas Livros de Escrituração: Obrigatoriedade, Funções, Formas de Escrituração. Erros de Escrituração e suas Correções.

Princípios Fundamentais da Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme Resolução CFC nº 750/1993 e suas alterações. Lei n.º 6.404/76 e suas alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009 e pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Balancete de verificação; Estrutura e composição do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e dos demais demonstrativos de que trata a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

Procedimentos e ajustes de encerramento do exercício social, visando à elaboração das demonstrações contábeis.

Procedimentos contábeis básicos segundo o método das partidas dobradas: Contas; Razão; Débito, Crédito; Método das partidas dobradas; Contas de ativo, Contas de passivo e de patrimônio líquido; Diário; Lançamentos a débito e a crédito das contas.

Provisões, participações, reservas e dividendos de acordo com a Lei 6.404/1976 e posteriores alterações.

Bibliografias Básicas:

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: Resumo da Teoria Atendendo às Novas Demandas da Gestão Empresarial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Equipe de professores da USP. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Livro Texto).

MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo dos GELBCKE, Ernesto Rubens e IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral fácil**. 8 ed. São Paulo: Saraiva 2012.

Contabilidade Pública

Conceitos e objetivo da Contabilidade Pública.

Campo de atuação.

Regimes adotados pela contabilidade pública, para os registros dos atos e fatos.

Controles: Interno e Externo.

Receitas Públicas: Classificação econômica - receita orçamentária e extraorçamentária

Receitas Correntes e Receitas de Capital

Despesas Correntes e Despesa de Capital.

Estágio das Despesas: Empenhamento, Liquidação e Pagamento,
Tipos de empenho de despesas: Ordinário Global, Estimativo.
Despesas pelo Regime de Adiantamento.
Restos a pagar: processados e não processados e despesas de exercícios anteriores.
Sistemas de Contabilização: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação
Créditos Adicionais: Tipos de Créditos e Fundos Especiais.
Da Prestação de Contas.
Licitações e Contratos: Princípios e Modalidades.
Geração e Execução da Despesa Pública possibilidades e limites.
Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.
Do controle da despesa com pessoal.
Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do cumprimento de Metas.
Do Relatório de Gestão Fiscal.
Da renúncia de receitas e da geração de despesas.

Bibliografias Básicas:

Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 – Normas Gerais do Direito Financeiro.
Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993.
Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.
Lei nº 8666/93 – licitações e Contratos.
Constituição Federal e Estadual.
Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 – Instituiu Modalidade Pregão Eletrônico e alterações.
Lei Orgânica do Município.
ALBANEZ Oswaldo - Lei 4.320 Anotada Revista e atualizada 3. Edição. IBRAP
ANGÉLICO João, **Contabilidade Pública** – 8ª Edição – Editora Atlas.
ARRUDA Daniel Araújo Inaldo, **Contabilidade Pública (da teoria à Prática)** – 2006 – Editora Saraiva.
KOHAMA Heilio, **Contabilidade Pública Teoria e Prática** - São Paulo - Atlas 1.996.
VALMOR Slomski **Manual de Contabilidade Pública** Um Enfoque na Contabilidade Municipal - Atlas 2001.

Direito Constitucional

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO. Federação. Conceito. Características. Federação Brasileira. União. Competência da União. Regiões Administrativas e de Desenvolvimento. Estados-membros. Formação dos Estados-membros. Competência dos Estados-membros. Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Municípios. Formação dos Municípios. Competência dos Municípios. Distrito Federal. Competência do Distrito Federal. Territórios Federais. Natureza Jurídica dos Territórios. Repartição das Competências. Intervenção. Intervenção Federal. Intervenção Estadual.
PODER LEGISLATIVO. Estrutura do Poder Legislativo. Estrutura do Poder Legislativo Federal, Estadual, Municipal, Distrital e dos Territórios. Atribuições do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Competência privativa da Câmara dos Deputados. Senado Federal. Competência privativa do Senado Federal. Das reuniões das Casas Legislativas. Sessão Legislativa. Das comissões. Dos Parlamentares. Federal, estadual e municipal e distrital. Remuneração dos Parlamentares. Imunidades Parlamentares. Imunidade Material e Formal. Incompatibilidades e Impedimentos dos Parlamentares. Perda do Mandato do Deputado ou Senador. Cassação e Extinção do Mandato. Fidelidade e Infidelidade Partidária. Perda do Mandato por ato de infidelidade partidária.
PROCESSO LEGISLATIVO. Tipos e Espécies. Procedimento. Fases. Iniciativa. Discussão e Aprovação. Execução. Espécies Normativas. Emenda Constitucional. Leis Complementares, Ordinárias e Delegadas, Medida Provisória, Decreto Legislativo e Resoluções. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas. Poderes dos Tribunais de Contas.
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. Princípios da Ordem Econômica. Sistema Financeiro Nacional. Intervenção do Estado. Da política urbana. Da política agrícola.
Legislação Municipal de Redenção da Serra: Lei Orgânica / Regimento Interno da Câmara / Lei Complementar nº 1, de 2017 – e suas eventuais alterações

Direito Financeiro

1. Direito financeiro: conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito financeiro. Receita Pública – conceito e classificação. A Despesa Pública – conceito e classificação, proposta orçamentária, elaboração da Lei do Orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários, execução do orçamento. Fundos Especiais, controle da execução orçamentária, contabilidade, autarquias e outras entidades. Lei Complementar nº 101/00.
2. Orçamento público. Conceito. Tipos. Orçamento-programa. Princípios orçamentários.
3. Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária anual. Ciclo orçamentário. Processo legislativo.

4. Vedações constitucionais.
5. Estágios da Despesa Pública. Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social.
6. Receita Pública: Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa.
7. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional.
8. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/00. Operações de crédito. Antecipação de receita.
9. Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível.
10. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

04. Controlador Interno

Contabilidade

Licitações e Contratos

Disposições Gerais: Princípios; Obras e Serviços; Serviços Técnicos Profissionais Especializados; Compras.

Licitação:

Modalidades; Limites e Dispensa; Habilitação; Procedimento e Julgamento.

Contratos: Formalização, Alteração, Execução, Inexecução e Rescisão dos Contratos.

Sanções Administrativas e Tutela Judicial: Sanções Administrativas; Crimes e Penas; Processo e Procedimento Judicial.

Recursos Administrativos.

Planejamento na esfera Pública:

Plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Execução Orçamentária e Cumprimento das Metas.

Receita Pública: Previsão e Arrecadação, Renúncia de Receita.

Despesa Pública: Geração da Despesa, Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, Despesa com Pessoal Definição e Limites, Controle da Despesa Total com Pessoal, Despesa com Seguridade Social.

Transferências Voluntárias.

Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado.

Dívida e Endividamento: Limites, Operações de Crédito, Recondição, Vedações, Antecipações de Receitas Orçamentárias, Restos a Pagar.

Gestão Patrimonial: Disponibilidade de Caixa, Preservação do Patrimônio Público.

Transparência, Controle e Fiscalização: Gestão Fiscal, Escrituração e Consolidação das Contas, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal, Prestação de Contas, Fiscalização da Gestão Fiscal.

Orçamento Público e Modalidades.

Despesas Correntes e de Capital; Proposta Orçamentária Conteúdo, Forma e Elaboração; Execução e Controle do Orçamento; Controle Interno e Externo.

Geração e Execução da Despesa Pública possibilidades e limites.

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

Do controle da despesa com pessoal.

Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do cumprimento de Metas.

Do Relatório de Gestão Fiscal.

Da renúncia de receitas e da geração de despesas.

Bibliografias Básicas:

Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 – Normas Gerais do Direito Financeiro.

Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993.

Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Lei nº 8666/93 – licitações e Contratos.

Lei nº. 10.520/17 julho de 2002 Pregão Eletrônico e atualizações.

Constituição Federal e Estadual.

Lei Orgânica do Município.

ALBANEZ, Oswaldo - Lei 4.320 Anotada Revista e atualizada 3. Edição. IBRAP.

ANGÉLICO João, **Contabilidade Pública** – 8ª Edição – Atlas.

ARRUDA, Daniel Araújo Inaldo, **Contabilidade Pública** - 2006, Editora Saraiva.

CRUZ, Flávio, e outros **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**- Editora Atlas.

KOHAMA Heilio, **Contabilidade Pública Teoria e Prática** - São Paulo - Atlas 1.996.

PISCITELLI Bocaccio Roberto, e outros – **Contabilidade Pública-(Uma abordagem da Administração Financeira Pública)** 1994 – Editora Atlas.

Direito Administrativo

1. Regime jurídico administrativo. Função pública. Função administrativa. Função política ou de governo. Conceito de interesse público. Interesse primário e secundário. Regime jurídico-administrativo. Princípios constitucionais do direito administrativo expressos e implícitos.
2. Organização administrativa. Órgãos públicos. Competências administrativas. Competências discricionárias e vinculadas: Conceito, fundamentos e limites da discricionariedade, mérito do ato administrativo, discricionariedade técnica, controle da discricionariedade. Centralização e descentralização administrativa. Desconcentração. Hierarquia administrativa. Delegação e avocação de competência.
3. Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais.
4. Servidores públicos: Deveres e proibições dos servidores públicos. Regime disciplinar dos servidores públicos. Sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório. Responsabilidade civil dos servidores públicos.
5. Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios.
6. Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa. Lei Federal nº 9.784/99.
7. Licitações públicas. Lei Federal nº 8.666/93. Dever de licitar, inexigibilidade e dispensa de licitação. Princípios da licitação. Lei Federal nº 12.232/2010. Modalidades licitatórias. Pregão, Lei Federal 10.520/02. Processo licitatório. Registros cadastrais. Registro de preços.
8. Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos e regime diferenciado de contratações (RDC). Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Convênios administrativos.
9. Infrações e sanções administrativas. Providências acautelatórias. Multas administrativas. Poder de polícia. Ordenação administrativa. Relação geral e especial de sujeição. Responsabilidade das pessoas jurídicas. Lei Federal nº 12.846/13.
10. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal n.º 12.527/11.
11. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).
12. Legislação Municipal de Redenção da Serra: Lei Orgânica / Regimento Interno da Câmara / Lei Complementar nº 1, de 2017 – e suas eventuais alterações

Direito Financeiro

1. Direito financeiro: conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito financeiro. Receita Pública – conceito e classificação. A Despesa Pública – conceito e classificação, proposta orçamentária, elaboração da Lei do Orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários, execução do orçamento. Fundos Especiais, controle da execução orçamentária, contabilidade, autarquias e outras entidades. Lei Complementar nº 101/00.
2. Orçamento público. Conceito. Tipos. Orçamento-programa. Princípios orçamentários.
3. Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária anual. Ciclo orçamentário. Processo legislativo.
4. Vedações constitucionais.
5. Estágios da Despesa Pública. Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social.
6. Receita Pública: Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa.
7. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional.
8. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/00. Operações de crédito. Antecipação de receita.
9. Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível.
10. Súmulas dos Tribunais Superiores sobre orçamentos e controle interno e externo (STJ e STF).

05. Diretor

Noções Básicas de Direito

Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais.

Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios.

Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa. Lei Federal nº 9.784/99.

Legislação Municipal de Redenção da Serra: Lei Orgânica / Regimento Interno da Câmara / Lei Complementar nº 1, de 2017 – e suas eventuais alterações